

Entre espectros, anjos e demônios: representações e sociedade no Ocidente feudal

Among spectres, angels and demons: representations and society in the feudal Occident

Leandro Duarte Rust¹

Resenha

MORÁS, Antonio. Os Entes Sobrenaturais na Idade Média: imaginário, representações e ordenamento social. São Paulo: Annablume, 2001. 387 p.

Palavras-chave: representações, história medieval e monaquismo.

Os sinos do mosteiro convocavam para as celebrações noturnas, quando um despenseiro – monge encarregado da distribuição de esmolas em memória dos irmãos defuntos –, saindo do dormitório, deparou-se com a figura de um monge falecido no dia anterior, ao qual havia recusado as esmolas sob a alegação de que este havia cometido suicídio. O morto, após repreender severamente o despenseiro pela recusa da subvenção, prendeu-o a uma coluna e açoitou-o cruelmente.

Este e outros relatos medievais compõem o estudo de Antonio Morás em *Os Entes Sobrenaturais na Idade Média*, publicação que corresponde ao tomo I de sua tese de doutorado, orientada por Jônatas Batista Neto, defendida no departamento de História Social da USP em 2000.

¹ Mestrando em História pela UFRJ. Endereço Eletrônico: leandroduarterust@yahoo.com.br/

Quanto aos seus aspectos formais, a edição do livro tem o mérito de uma encadernação resistente; além disso, apesar do tamanho menor que o usual (11,5 x 20 cm) e de uma fonte reduzida, não oferece incômodos ao manuseio ou à leitura. Do ponto de vista de sua organização interna, o livro tem uma apresentação assinada pelo orientador da tese; introdução; 7 capítulos, cada um com uma média de 45 páginas, nos quais são distribuídas 303 notas de rodapé; uma seção de considerações finais e outra de bibliografia, na qual são arrolados 495 títulos: 41 relativos a edições de documentos medievais impressos e 454 a periódicos e livros, contemplando desde autores considerados "clássicos" até pesquisas recentes. A distribuição dos temas e assuntos por capítulos revela-se equilibrada. Além disso, nenhum deles destoa qualitativamente dos demais, seja em relação ao cuidado com a escrita ou à riqueza de análises. O plano geral da investigação sustenta-se num repertório de relatos apresentados em cada capítulo, cuja seleção e organização mostra-se coerente e consistente. Destaque-se ainda a preocupação do autor em zelar pela qualidade na transcrição dos relatos selecionados, que figuram sempre no corpo do texto e traduzidos para o português.

O objetivo do livro de Morás é o estudo do papel dos monges e do espaço cultural e historicamente constituído pelos estabelecimentos monásticos como responsáveis pela cristalização de um discurso sobre visões e aparição de entidades sobrenaturais, incidindo na manutenção ou diversificação das estruturas culturais e sociais da Europa feudal.

No que concerne ao conteúdo, no capítulo 1 o historiador discute sobre os sentidos assumidos pelos medievais para os termos "visão" (*visio*) e "aparição" (*apparitio*).

No capítulo 2, Morás fixa uma genealogia das aparições e visões medievais na Antiguidade Tardia, momento em que emerge um repertório de temas e motivos para as ocorrências dos seres sobrenaturais nos séculos seguintes. Jerônimo, Martinho, Gregório de Tours, Gregório Magno ou Beda, o Venerável, foram os grandes modelos literários responsáveis pela fixação dos relatos de experiências cristãs com entidades espirituais, então marcadas pelo teor moralizante e pelo aspecto individual do contato com entes celestiais (os seres demoníacos têm menor recorrência). Nos séculos VI e VII, as vagas missionárias de cristianização das populações da França e da Alemanha também deixaram suas contribuições: a luta pela conversão dos gentios fomenta a imagem de uma disputa acirrada da alma entre anjos e demônios (rompendo com o exclusivismo angélico), enquanto que o peso das empresas de cristianização transforma o abade e/ou o eremita em intercessores pela alma nesta disputa. Temos então o estabelecimento dos antecedentes culturais de uma economia de bens espirituais que revertia benefícios e recompensas para as almas no outro mundo.

A institucionalização da prece como moeda de troca numa "economia espiritual da dádiva" durante o período carolíngio é o tema do capítulo 3. Ressaltamos aqui o mérito de Morás em resgatar o alcance histórico – por vezes tão menosprezado e pré-conceituado – do "Renascimento Carolíngio", que, na perspectiva do historiador, exigiu o concurso clerical efetivo junto à estrutura político-administrativa do Estado², o que, por sua vez, repercutiu numa organização e centralização, sem precedentes, da hierarquia clerical. Deste modo, esta "civilização da liturgia", ao converter os ofícios do coro no núcleo de uma vida espiritual cujas relações com o Além eram governadas pela lógica do "doar, receber e retribuir", não somente embrenhou o clero num denso jogo de status, gratidão e lealdade, como criou condições historicamente favoráveis para a gênese de um futuro padrão de coordenadas para as ocorrências milagrosas de visões e aparições. Estes fundamentos mostram-se progressivamente perceptíveis em aspectos como o soerguimento de um imenso aparato de intervenção no plano espiritual ou a atribuição de contornos mais precisos ao intercâmbio entre os mundos sensível e espiritual.

Nos capítulos 4, 5, 6 e 7, chegamos ao cerne da obra: as aparições de entidades espirituais e de ocorrências prodigiosas na vida do clero regular do período feudal.

Nos capítulos 4 e 5, o autor demonstra que é no seio da lenta maturação da ordem feudal – aqui Morás rompe com a idéia de uma emersão brusca dessa ordem, implícita no conceito de "Revolução Feudal" –, que ocorre um deslocamento decisivo no plano cultural: a passagem do bispo ao monge como centro da atividade litúrgica. No momento em que o clero regular assume o primeiro plano da vida espiritual, os antecedentes culturais e os fundamentos lançados pelo Renascimento carolíngio amalgamam-se num feixe de modelos para as ocorrências dos seres sobrenaturais. As condições históricas próprias do período feudal converteram a economia de bens espirituais, que correspondia aos interesses do clero palaciano carolíngio, em um verdadeiro sistema cultural, apanágio dos ambientes monásticos. Como diagnósticos da consolidação deste sistema, o medievalista examina diversas distinções quanto aos períodos anteriores: a vasta ampliação do "raio de ação" das entidades sobrenaturais; a maximização das modalidades litúrgicas de sufrágios; uma sistematização e ampliação do policiamento acerca das faltas cometidas no ato litúrgico; o aparecimento de alguns lugares-comuns do religioso feudal; etc. O autor chega a encontrar uma conceituação peculiar para esta cosmovisão feudo-monástica: o "miraculoso".

² Informamos ao leitor que o emprego, nesta resenha, do termo "Estado" em menção ao Império Carolíngio se dá tendo em vista preservar a nomenclatura utilizada pelo próprio autor em sua obra.

As vastas dimensões alcançadas por este miraculoso refletem-se na frequência com que o mundo sobrenatural emergia em todo o cotidiano monástico: ao contrário das dimensões individuais dos modelos originários, agora os entes sobrenaturais apareciam aos vivos a todo o momento e em qualquer lugar: ao lado do leito, nos corredores dos mosteiros, em jardins, enfermarias, etc. Chegamos, assim, ao acabamento de um imenso "edifício cultural" que, se tem seu surgimento de forma nítida e consistente com os monges e o universo feudal dos séculos X-XII, tem nas suas fundações a preservação de antecedentes literários que remontam aos séculos finais da Antiguidade e nas suas estruturas o legado do Império Carolíngio.

No capítulo 6, o clero regular surge como canal de comunicação entre a cultura folclórica e a cultural clerical: por meio desta dinâmica de trocas culturais, o investigador capta não somente as reminiscências e inflexões folclóricas presentes no miraculoso feudal, mas um tenso jogo de pressões recíprocas entre estes pólos culturais. Assim, Morás evita tanto a desgastada fórmula dualista de dominantes versus dominados, como a imagem da "beleza de um morto", isto é, de uma cultura popular fossilizada, residual e fragmentada.³ Não se trata de interações entre duas esferas culturais "puras" ou estáticas, mas de trocas culturais orientadas por "níveis de cultura"⁴ que se recombinaem frequentemente. O autor impõe ressalvas ao comumente aceito modelo de circularidade cultural proposto por M. Bakhtin, pois constata que esta dinâmica de interações é significativamente irregular e raramente espontânea, uma vez que os agentes históricos estão envolvidos por habitats culturais, ou seja, são dotados de formas historicamente construídas de classificação, apropriação e seleção dos bens simbólicos, o que, por sua vez, condiciona o alcance desta circularidade. Na reflexão sobre exemplos destas interações e pressões culturais, a articulação entre imaginário e ordenamento social toma contornos ainda mais explícitos: a "contabilidade salvacionista", estabelecida desde o período carolíngio, revela-se ainda um mecanismo cultural do monaquismo para operar um enquadramento social dos cavaleiros, estes "especialistas da violência". Todavia, se Morás demonstra a incidência das visões e aparições na organização da sociedade feudal, ele o faz sem restringir o discurso monástico a seus fins ideológicos.

Por fim, no capítulo 7, o autor rejeita a abordagem de Citeaux como apenas uma versão renovada do velho monaquismo beneditino. De acordo com Morás, os cistercienses teriam preconizado diversos

³ Ver: REVEL, J. A Invenção da Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 45-75. CHARTIER, R. A História Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, pp. 189-213. BURKE, P. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1994, pp. 15-23.

⁴ Outra vez optamos por preservar a terminologia utilizada por Morás.

elementos a serem, mais de um século depois, difundidos pelos mendicantes, como a proposição de uma devoção centrada no ato eucarístico e a busca interna de Deus. A ênfase no papel individual introspectivo e contemplativo teve incidências diretas e significativas sobre os relatos de visão e aparição sobrenaturais: em primeiro lugar, implicou num distanciamento do mundo espiritual e na queda de freqüência das interpenetrações entre este e o mundo sensível; e, em segundo lugar, num arrefecimento da economia de bens espirituais, uma vez que a eficácia das preces no auxílio ao próximo cedia lugar ao sentimento de piedade interior individual.

Resta-nos ressaltar o robusto arcabouço teórico-metodológico utilizado por Morás. A introdução da tese foi preservada integralmente na publicação com o título de "Coordenadas Metodológicas", na qual a investigação articula-se a dois conceitos primordiais: o de representações coletivas, as quais, consideradas como decisivas sobre as práticas constitutivas do social, remetem ao vínculo originário com E. Durkheim e M. Mauss; e o de imaginário, que, norteado pelo recorte do tema, define-se como o repertório formado pelas mais diversas construções mentais de natureza mítico-religiosas, erigidas e efetivadas pelos indivíduos, grupos e segmentos que compõem uma sociedade na dinâmica das relações sociais como uma forma de apropriação do real. Morás, portanto, filia-se à história social do imaginário.

Todavia, é na incorporação e problematização destes conceitos numa noção abrangente de cultura, que o autor mostra a originalidade e o peso de seu aparato teórico, ou, para alguns leitores, seu ponto mais controverso. No entendimento do autor, tal conceito deve aludir à articulação de, por um lado, uma concepção orgânica e complexa da cultura que atente tanto para os padrões de significados revivificados nas práticas cotidianas, como para as influências de antecedentes culturais (temos aqui a referência à intrincada "teia de significados culturais" de C. Geertz), e, por outro, à existência de dinâmicas de trocas simbólicas, sobre as quais incidem as disparidades da hierarquização social; os desníveis e a compartimentação cultural dos agentes históricos; os mecanismos de seleção e apropriação dos significados culturais, bem como as estratégias de difusão dos mesmos (vemos o recurso do autor a nomes como M. Weber e P. Bourdieu).

Para Morás, portanto, a análise cultural deve levar em conta uma relação dialética firmada entre a complexidade e a coerência de linguagens que se pretendem comuns aos membros de uma dada sociedade, e as dissonâncias e contrariedades dos diversos esquemas interpretativos aí alojados, os quais são soerguidos e entremeados pelas características dos diferentes universos sócio-culturais de estratificação dos discursos e pelo peso ideológico de cada segmento desta estratificação. Estes últimos aspectos fazem com que o autor se distancie de uma obra de J-C. Schmitt, fundamental ao estudo sobre

os mortos e os espectros na sociedade feudal,⁵ opondo-se à proposta deste, segundo a qual as relações com os mortos teriam o sentido atribuído pelos vivos. Morás afirma que “o peso das noções e convenções de caráter geral, fixadas pelas tradições, sempre age sobre as motivações dos vivos (...), [que] não são esses agentes com plenos poderes de atuação imaginados por J.-C. Schmitt” (p. 268).

Todas estas definições abrem ao autor um vantajoso leque de possibilidades de análise, muitas das quais o leitor pode identificar ao longo da obra. Poderíamos mencionar sua capacidade em operacionalizar dados culturais de longa duração sem, todavia, incorrer na linearidade e na generalidade uniformizantes, freqüentes em obras da chamada “História das Mentalidades” dos anos 70,⁶ e ainda subtraindo-se a abordagens “culturalistas” que negligenciam as demais condições de construção dos discursos.

Os conjuntos de relatos presentes em cada capítulo são submetidos a uma análise textual dialógica; isto é, Morás prima por uma comunicação constante de diferentes metodologias, desde a análise semântica até a recuperação dos múltiplos contextos dos relatos: sociais, culturais, políticos, etc. Assim, o autor opera um leque de análises que se estende da identificação da coesão e coerência de significados previamente estabelecidos ao documento até os interesses do redator, seus modelos de percepção do real e o espaço institucional de onde emerge o relato.

Nesta obra, A. Morás convida-nos a um diálogo fecundo travado, simultaneamente, com obras “clássicas” da historiografia medievalista, como *O Nascimento do Purgatório* de J. Le Goff e *O Ano Mil* de G. Duby, e contribuições recentes da nova história cultural, sobretudo da Antropologia Cultural. Seu resgate da noção de representações, atualmente tão controversa,⁷ como uma forma de renovar uma abordagem de história social - entre outros méritos da obra - revela-se uma amostra de contribuições imprescindíveis que os medievalistas brasileiros podem oferecer ao métier do historiador.

Trata-se, portanto, de uma obra que exige do leitor uma bagagem prévia de leituras, não somente no que se refere à historiografia medievalista, mas também a importantes obras de cunho teórico-metodológico, cujo desconhecimento restringe o bom aproveitamento de sua leitura por parte do público em geral e mesmo de iniciantes aos estudos medievalistas. Portanto, recomendamos sua leitura a pesquisadores da Idade Média.

⁵ SCHMITT, J.-C. *Os Vivos e os Mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

⁶ A localização temporal das “Mentalidades” como conceito generalizante é de grande relevância, tendo-se em mente os esforços ulteriores para uma operacionalização restrita do conceito, como em BOUREAU, A. *Propositions pour une histoire restreinte des mentalités*. In: *Annales ESC*. Paris: n. 06, nov-dez, 1989.

⁷ Para um panorama atual do debate acerca do conceito de “Representações”: CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.